

ELEIÇÕES

AGU divulga cartilha com orientação para presidente fazer campanha para Dilma apenas no horário fora do expediente de trabalho. Ela pode ir a eventos públicos mesmo fora do governo

Luís Inácio enquadra Lula

CADU GOMES/CB/D.A.PRESS - 12/2/10

Brasília – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva só poderá participar da campanha da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, fora do horário de trabalho. Mas a ministra, que é pré-candidata do PT à Presidência da República, pode estar presente em eventos do governo até junho, mesmo depois de deixar o cargo, no início do mês que vem. Essas são algumas das orientações que a Advocacia-Geral da União (AGU) divulgou ontem para orientar servidores públicos como ministros, secretários-executivos e até mesmo o presidente sobre condutas que devem ser evitadas durante o período eleitoral, seja na pré-campanha, de abril a junho, ou na campanha, a partir de julho.

Pelo texto da Cartilha de Condutas Vedadas aos Agentes Públicos Federais nas Eleições de 2010, Lula é orientado a continuar com as inaugurações de obras e vistorias de serviços, mas a campanha eleitoral para Dilma deve restringir-se ao período depois do expediente e com os custos pagos pelo PT. “O presidente deve acompanhar a orientação. “Ele é um agente público. Como todo agente público, não lhe é negado o direito à cidadania. Ele pode realizar atividades públicas e não há impedimento para ele participar de campanhas, mas fora dos espaços da Presidência”, disse o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams.

Sobre a participação de Dilma em eventos ao lado do presidente, depois de abril, quando ela desincompatibilizar-se do governo, e antes de se tor-



Ministra da Casa Civil deixa cargo em 15 dias, mas, pelo texto com as regras para servidores públicos, continua a ir às solenidades oficiais

nar oficialmente candidata à Presidência, em junho, Adams não foi claro. Ele afirmou que ela não pode comparecer a inaugurações, por exemplo, depois da convenção partidária, mas no período até a convenção, de abril a junho, só poderia estar presente num evento de Lula se a atividade lhe fosse afim. Pela minirreforma eleitoral aprovada no Congresso no ano passado, pré-candidato

só pode participar de eventos políticos fechados.

BENS PÚBLICOS Ainda de acordo com Adams, a cartilha é uma orientação. O documento determina, por exemplo, que os agentes públicos não podem usar bens públicos – como computador e celular – para fazer campanha. Mas não há como vigiar se um ministro ou outro servidor estão se valendo deste

expediente durante o horário de trabalho. As penalidades incluem a cassação do registro da candidatura ou do diploma de eleito, como no caso da participação dos candidatos em inaugurações, e a aplicação de multas que vão de R\$ 5.320,50 a R\$ 106.410,00.

De acordo com o caso, a multa é aplicada ao agente responsável, ao partido político, às coligações e aos candidatos benefi-

ciados, sendo ainda possível as sanções de caráter constitucional, administrativo e disciplinar. Adams explicou que a cartilha é uma compilação da legislação eleitoral e foi realizada a partir de um trabalho conjunto da AGU, Casa Civil, Ministério do Planejamento e Controladoria Geral da União (CGU).

A Cartilha de condutas para as eleições de 2010 tem 38 páginas e foi elaborada com base em

CARTÃO DE PONTO

Como chefe de estado, Lula tem suas normas trabalhistas – que incluem o volume de horas trabalhadas – reguladas pela Advocacia-Geral da União (AGU). Cargos comissionados, o caso da presidência da República, contudo, normalmente não possuem horários de trabalho definidos. Eles funcionam como cargos de confiança. Por isso, o período oficial de trabalho do presidente segue a agenda oficial e é delimitado desde o primeiro até o último compromisso do dia.

normas previstas na legislação. De acordo com a AGU, o guia de conduta para 2010 começa definindo o agente público para fins eleitorais, desde o presidente da República, governadores, senadores e deputados; até prestadores de serviços para o Poder Público, passando pelos servidores titulares de cargos públicos ou empregados. As condições de inelegibilidade também são apresentadas.

CADU GOMES/CB/D.A.PRESS - 26/3/09



José Agripino Maia diz que uso eleitoral da máquina fica explícito

Oposição dispara contra Dilma

Brasília – A oposição reagiu à possibilidade de a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, participar de eventos do governo federal mesmo depois de deixar o cargo, no início de abril. Para líderes oposicionistas, a presença de Dilma em palanques do presidente Luiz Inácio Lula da Silva depois que ela sair do governo federal configura campanha eleitoral antecipada. “É a digital do uso do governo em benefício da sua candidatura. O governador José Serra seria convidado para esses eventos? Ficará ainda mais ex-

plícito o uso da máquina, com a ministra de paraquedas em um evento do governo”, disse o líder do DEM no Senado, José Agripino Maia (RN). Para o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), Dilma pode até participar de eventos do governo como convidada, mas desde que não haja nenhuma menção ao seu nome durante os atos governamentais. “Ela assistir ao evento é uma coisa. Ela participar ao lado do presidente é outra. Já configura-se ato eleitoral. Se ela for nominada pelo presidente Lula durante a

cerimônia, aí é campanha indevida”, disse o tucano.

Dias afirmou que a oposição ficará em “alerta” para identificar eventual uso da máquina na campanha da ministra. “Teremos que ficar atentos. O presidente acaba enchendo a bola da ministra, dá crédito a ela. Aí vai depender também do que for dito no discurso”, afirmou o tucano.

Em defesa de Dilma, o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), classificou de “bizantina” a discussão sobre a eventual presença da

ministra em atos do governo futuramente – uma vez que isso ainda não ocorreu. Na opinião do petista, Dilma, como cidadã comum, tem “todo o direito” de participar de atos do governo como convidada. “Depois que a ministra sair do governo, ela será uma cidadã comum. Não terá assento de ministro em nenhuma cerimônia. Mas qualquer pessoa pode participar de um ato como cidadão comum. A oposição já está preocupada com isso? Campanha só pode ser feita em julho”, afirmou.

Em defesa de Dilma, o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), classificou de “bizantina” a discussão sobre a eventual presença da

ministra em atos do governo futuramente – uma vez que isso ainda não ocorreu. Na opinião do petista, Dilma, como cidadã comum, tem “todo o direito” de participar de atos do governo como convidada. “Depois que a ministra sair do governo, ela será uma cidadã comum. Não terá assento de ministro em nenhuma cerimônia. Mas qualquer pessoa pode participar de um ato como cidadão comum. A oposição já está preocupada com isso? Campanha só pode ser feita em julho”, afirmou.

MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



MARCOS MICHELI/EM

Serra e a candidatura

O governador José Serra é uma pessoa extraordinária. Na opinião de muitos, por ser um de nossos políticos mais qualificados e experientes, com larga e profícua biografia. Ele seria extraordinário no sentido de excelente, de alguém que se destaque pelos méritos. Quem pensa assim diria “Que político extraordinário é José Serra!” significando que é notável, acima da média.

Para outros, ele seria, no entanto, extraordinário em uma segunda acepção, menos elogiosa: estranho, inusitado, fora do comum. Ou seja, ele não faria o que se espera de uma liderança política. A frase “Que político extraordinário é José Serra!” significaria, para essas pessoas, que é esquisito.

Quem olha para o que ele tem feito ultimamente poderia concordar com as duas ideias. É

fácil admirá-lo e perceber que reúne atributos mais que suficientes para ocupar qualquer cargo, muitos dos quais já exerceu com competência. Mas é difícil não se surpreender com o modo com que tem lidado com a responsabilidade de ser o candidato das oposições nas eleições deste ano.

Essa segunda-feira, por exemplo, Serra publicou um artigo alusivo ao 25º aniversário da Nova República. Foi um ensaio denso, construído em torno do conceito de democracia e de sua importância para o que aconteceu conosco de 1985 para cá. Sem ser um texto acadêmico, poderia ter sido escrito por um filósofo.

Em nenhum momento da longa argumentação o leitor percebe que seu autor é um

candidato a Presidente da República. A oportunidade da data, o espaço à sua disposição, a curiosidade da opinião pública a respeito do que tem a dizer, nada foi aproveitado. Disciplinadamente, se ateu ao tema, comemorando o passado. Sobre o futuro, nada. Com esforço, algumas pistas escondidas: duas menções a Fernando Henrique, duas ao Plano Real, nenhuma a Lula, uma ao Bolsa-Família. Será essa a mistura da qual sairá seu discurso de campanha?

Enfim, um texto tão extraordinário quanto quem o assina. Bom em tudo, fundamentado e bem escrito. Mas nunca o texto de um candidato quando faltam seis meses para a eleição mais importante de sua vida.

Desde dezembro, quando Aécio Neves retirou-se da

disputa pela indicação do candidato do PSDB a presidente, não há razão para que Serra retarde sua entrada em campo. Nada do que poderia justificá-la permanece, o que só faz aumentar seu próprio desgaste quando insiste em mantê-la.

As pesquisas disponíveis não permitem avaliar com certeza o prejuízo que lhe advém. Mas é razoável supor que não seja pequeno, pois o vazio tucano tende a fazer com que pareça que só Dilma existe. Ao invés de deixar claro para o eleitorado que as eleições serão competitivas (e que, em função disso, não seria bom que as pessoas definissem seu voto de maneira prematura), a sensação de uma “candidatura única” pode provocar o inverso: quando começar, Serra talvez descubra que o mercado eleitoral escolheu. Mais gente do que desejava se decidiu enquanto esperava.

Nas eleições, o tempo corre

de forma diferente para diferentes tipos de pessoas. Quem se interessa por essa fica atento a tudo que acontece e reage rapidamente aos eventos de conjuntura.

A maioria, ao contrário, acompanha a vida política com atenção flutuante, aqui e ali pinçando uma notícia. Como não conhecem adequadamente os candidatos e têm dificuldade de distingui-los, são pessoas que se satisfazem com pouco. Preferem simplificar seu quadro de decisões, poupando-se da tensão de lidar com uma massa de informações que não compreendem. Para elas, quanto menos tiverem que pensar para escolher, melhor. Menos um problema na cabeça.

Pessoas satisfeitas com a situação que vivem, uma liderança respeitada lhes dizendo o que fazer, ausência de contencioso, são ingredientes que podem precipitar a escolha de muita gente. Na hora em que Serra acordar, pode ser tarde.

“

Desde dezembro, quando Aécio retirou-se da disputa pela indicação do candidato do PSDB a presidente, não há razão para que Serra retarde sua entrada em campo